

UM DIÁLOGO SOBRE O COOPERATIVISMO FAMILIAR GAÚCHO E OS DESAFIOS PARA A PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE

*A DIALOGUE ON GAÚCHO FAMILY COOPERATIVISM AND THE CHALLENGES FOR
YOUTH PARTICIPATION*

VINÍCIUS DE JESUS FERREIRA

Mestre em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil, vinicius.jesus@acad.ufsm.br

VITOR KOCHHANN REISDORFER

Doctorado en Administración, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil, vitor.reisdorfer@ufsm.br

DAIANE LORETO DE VARGAS

Doutora em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil, daiane.loreto@ufsm.br

ELIENE GOMES DOS ANJOS

Doutora em Ciências Sociais, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Brasil, elieneanjos@ufrb.edu.br

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar a participação da juventude nas cooperativas agropecuárias da agricultura familiar no estado do Rio Grande do Sul, destacando a importância dos/as jovens como líderes na representação do cooperativismo. Em termos metodológicos esta pesquisa é caracterizada como exploratória, de caráter quali-quantitativa. Os dados apresentados neste artigo foram coletados em parceria com o projeto de pesquisa “Cooperativismo e diversidade: uma análise exploratória do perfil racial, geracional e de gênero no ramo agropecuário” financiado pelo CNPq/SESCOOP N° 11/2022. Para contribuir com os dados apresentados neste artigo, foi realizada uma pesquisa com o órgão de representação do cooperativismo do estado do Rio Grande do Sul, na qual houve a contribuição da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES-RS), e um estudo quantitativo baseado nos dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019) que caracterizam a juventude da agricultura familiar do estado analisado. Os dados da pesquisa demonstraram que a presença de jovens e mulheres nas cooperativas agropecuárias familiares gaúcha é bastante reduzida, principalmente nos conselhos de administração. Diante dos achados na pesquisa, fica evidente que as cooperativas devem criar estratégias para inserir os/as jovens e mulheres e formar lideranças jovens nas comunidades rurais, a fim de assegurar a sucessão, tanto nos estabelecimentos familiares, como nas próprias cooperativas e, de maneira positiva contribuir, com o desenvolvimento do cooperativismo familiar no meio rural.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude, Liderança, cooperativismo, Sucessão.

ABSTRACT: The objective of this article is to analyze the participation of youth in agricultural cooperatives of family farming in the state of Rio Grande do Sul, highlighting the importance of young people as leaders in the representation of cooperativism. Methodologically, this research is characterized as exploratory, with a qualitative-quantitative approach. The data presented in this article were collected in partnership with the research project “Cooperativism and diversity: an exploratory analysis of the racial, generational and gender profile in the agricultural sector,” funded by CNPq/SESCOOP No. 11/2022. To contribute to the data presented in this article, research was conducted with the cooperative representation body of the state of Rio

Grande do Sul, with the contribution of the Union of Family Farming and Solidarity Economy Cooperatives (UNICAFES-RS), and a quantitative study based on data from the 2017 Agricultural Census (IBGE, 2019) that characterize the youth of family farming in the analyzed state. The research data demonstrated that the presence of young people and women in family-run agricultural cooperatives in Rio Grande do Sul is quite low, especially on the boards of directors. Given the research findings, it is evident that cooperatives must create strategies to include young people and women and train young leaders in rural communities, in order to ensure succession, both in family farms and in the cooperatives themselves, and to positively contribute to the development of family-run cooperatives in rural areas.

KEYWORDS: Youth, Leadership, Cooperativism, Succession.

1. INTRODUÇÃO

As cooperativas agropecuárias são organizações coletivas compostas por um grupo de produtores rurais que possuem objetivos em comum, pois essas organizações têm grande importância no que se refere ao desenvolvimento da agricultura familiar, uma vez que têm como principal finalidade melhorar os trabalhos que são realizados pelos agricultores rurais em seus estabelecimentos, contribuindo com as compras de insumos, armazenamento, industrialização e comercialização das produções, atividades que poderão contribuir com o desenvolvimento da agricultura familiar e dos espaços rurais.

Conforme apontam Valent e Silva (2021), as cooperativas agropecuárias possibilitam a relação dos agricultores familiares com os mercados, contribuem para o acesso à informação e tecnologia, além de fornecer, aos seus associados, assistência técnica e apoio logístico nas atividades que são realizadas pelos/as agricultores. As cooperativas que pertencem a este ramo representam um forte segmento nos contextos social e econômico, pois realizam ações em quatro principais áreas, sendo elas: i) social; ii) produtivo; iii) agroindustrial, iv) comercial (Zanco, Zanco e Alves, 2018).

Diante das oportunidades que podem ser alcançadas a partir da inserção em uma cooperativa, estudar a participação da juventude e como estes/as podem estar se tornando lideranças e contribuindo com empreendimentos, é uma abordagem fundamental para esta pesquisa.

A juventude pode, por meio de suas contribuições, se tornar uma liderança ou referência local. Além de participarem com a execução das atividades desenvolvidas, podem motivar e incentivar os outros jovens de suas comunidades a se inserirem nas cooperativas e, até mesmo, a se tornarem membros do conselho de administração e do quadro de associados, contribuindo com um cooperativismo mais diversos com a presença de jovens.

Neste contexto, Silva e Flores (2023) destacam que a liderança é um conceito central que pode ser analisada em diversas áreas, principalmente em estudos relacionados às organizações sociais, pois conforme apontam os autores, a liderança se refere à capacidade de uma determinada pessoa, a partir de sua forma de agir de maneira positiva, que acaba por influenciar, orientar e inspirar outras pessoas a assumirem o papel de liderança com o intuito de alcançar algo que seja desejado ou que supere os principais desafios que são enfrentados numa determinada situação.

Nesta linha, o objetivo deste artigo é analisar a participação da juventude nas cooperativas agropecuárias da agricultura familiar no estado do Rio Grande do Sul, destacando a importância dos/as jovens como líderes na representação do cooperativismo.

Além desta introdução, este artigo está estruturado em mais quatro seções. Na segunda seção serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados no estudo; na terceira, o

referencial teórico, destacando uma breve caracterização da juventude da agricultura familiar no estado do Rio Grande do Sul e abordagens que demonstrem a importância de uma liderança jovem no cooperativismo agropecuário; seguindo para a quarta seção com os resultados e discussões, com uma reflexão sobre os dados referentes a participação geracional e de gênero no cooperativismo da agricultura familiar no Rio Grande do Sul, destacando os resultados obtidos na pesquisa; e finalizando o estudo com a quinta seção, apresentando as considerações finais.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa pode ser descrita a partir de um embasamento metodológico que partiu de uma pesquisa exploratória, de caráter quali-quantitativo.

“A pesquisa exploratória tem como objetivo obter maior familiaridade com o problema para torná-lo explícito ou contribuir na construção de hipóteses para estudos posteriores” (Siena *et al.*, 2024, p. 59). As abordagens apresentadas no estudo realizado por Almeida (2021, p. 31) destacam, através de reflexões, que este método de pesquisa “tem como objetivo proporcionar maiores informações e conhecimentos sobre uma determinada temática e facilitar a delimitação de um determinado tema de trabalho. Está presente na fase preliminar, como a primeira etapa de pesquisa maior”.

Se tratando da pesquisa que adota o critério metodológico quali-quantitativo, ressalta-se que este modelo se trata de um estudo em que há uma combinação dos pontos essenciais da abordagem dos dois métodos de pesquisa: a qualitativa e quantitativa, sendo denominada como método misto.

Para compreender de maneira objetiva esse método de estudo, os apontamentos de Siena *et al.*, (2024) destaca que:

Os estudos de métodos mistos combinam abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa em uma mesma investigação, considerando uma variedade de formas. Oferece uma alternativa a casos de problemas de pesquisa complexos, onde a utilização do método quantitativo ou qualitativo, de forma isolado, não darão conta de entregar o objetivo proposto para a pesquisa. (Siena *et al.*, 2024, p. 56)

Os dados principais que refletem a participação da juventude no cooperativismo da agricultura familiar gaúcha, foram coletados no projeto de pesquisa “*Cooperativismo e diversidade: uma análise exploratória do perfil racial, geracional e de gênero no ramo agropecuário*” financiado pelo CNPq/SESCOOP N° 11/2022.

A aplicação da pesquisa supracitada foi realizada entre o período de julho a setembro de 2023, em que participaram da pesquisa uma totalidade de 120 cooperativas agropecuárias que aceitaram participar do estudo, sendo 28 no estado do Rio Grande do Sul; 34 no Pará; 36 na Bahia; 17 em Minas Gerais e 5 em Mato Grosso do Sul. O questionário foi disponibilizado pela plataforma *Google Docs*, sendo utilizadas as ferramentas de *e-mail* e *WhatsApp* para divulgação.

Para a realização deste estudo foi feita uma seleção em que apresentamos os dados do projeto “Cooperativismo Diversidade” referentes as cooperativas agropecuárias pertencentes a categoria da agricultura familiar do estado do Rio Grande do Sul e que somaram uma totalidade de 26 cooperativas.

Para contribuir com as reflexões apontadas no decorrer deste estudo, foi realizada uma pesquisa de campo com o órgão de representação do cooperativismo do estado, na qual a União das

Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES-RS) aceitou fazer parte da pesquisa, contribuindo com as abordagens destacadas neste estudo.

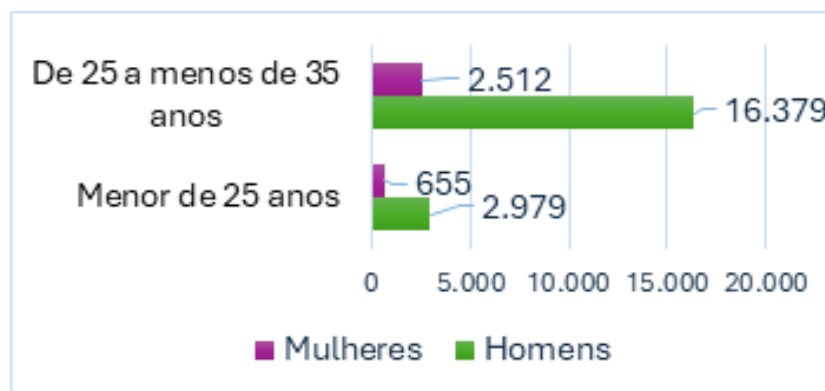
3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Caracterização da juventude da agricultura familiar no estado do Rio Grande do Sul

Para caracterizar os jovens agricultores familiares e seus respectivos estabelecimentos, no estado do Rio Grande do Sul, realizou-se uma pesquisa quantitativa baseada em variáveis que foram selecionadas no Censo Agropecuário 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tais como: i) sexo dos jovens agricultores; ii) cor ou raça; iii) condição dos jovens agricultores familiares em relação às suas terras; iv) orientação técnica recebida; v) escolaridade, dentre outras.

De acordo com Breitenbach e Corazza (2020), as diferenças de gênero no processo de sucessão familiar rural no Brasil é algo negativo que acaba por comprometer o futuro do meio rural. Conforme apontado pelos autores, o não reconhecimento e a falta de valorização do trabalho feminino, juntamente das dificuldades que são encontradas em relação ao trabalho no campo, acabam contribuindo para que as mulheres jovens migrem do meio rural em busca de novas oportunidades. De acordo com o que foi apontado no estudo, a ida para as cidades garante maiores possibilidades de profissionalização e um ganho da autonomia que não se encontra no rural.

Gráfico 1 – Sexo dos jovens agricultores familiares no Rio Grande do Sul

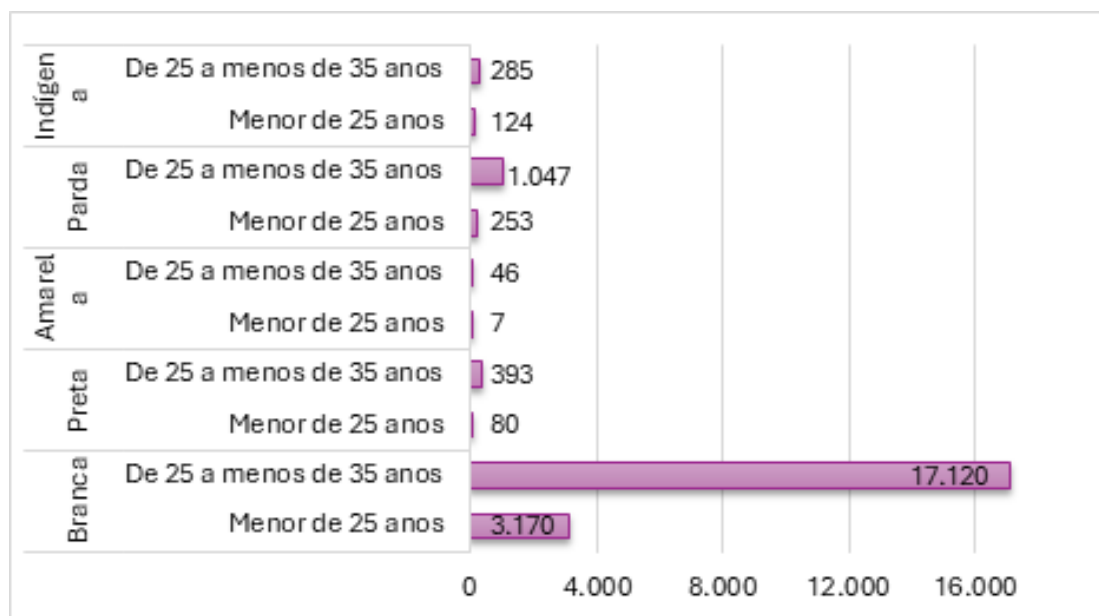


Fonte: Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019).

Conforme demonstra o Gráfico 1, o Censo Agropecuário de 2017 registrou na faixa etária entre os menores de 25 anos, 82% homens e 18% mulheres. Já os que possuem de 25 a menos de 35 anos, 87% homens e 13% mulheres.

A variável cor/raça dos jovens agricultores familiares do estado, apontada pelo Censo Agropecuário de 2017, demonstra que a grande maioria dos jovens agricultores familiares do estado são brancos. Para reafirmar essa constatação, o Gráfico 2, em sequência, apresenta os dados referentes.

Gráfico 2 – Cor/raça dos/as jovens agricultores familiares do Rio Grande do Sul



Fonte: Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019).

Conforme apresenta o censo, a cor/raça dos que se destacam entre os menores de 25 anos é branca, com um percentual de 87%. Os que se declararam ser pardos somaram 7%; Entre os que pertencem aos que se declararam indígena, estes somam 4% e 2 % são pretos. Já aqueles que pertencem a faixa etária de 25 a menos de 35 anos, os resultados não são diferentes, 91% são brancos, 6% pardos, e restando apenas 2% para a pretos e 1% para indígenas.

A escolaridade dos/as jovens agricultores familiares é uma das variáveis fundamentais para a análise que compõe essa seção, por ser uma das ferramentas que contribui para a obtenção de resultados positivos diante das atividades realizadas nos respectivos estabelecimentos familiares.

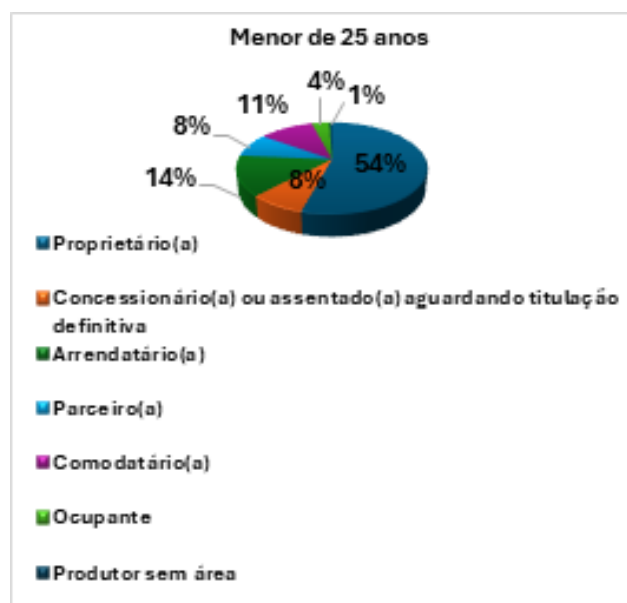
De acordo com Picolotto e Marin (2018), as vivências escolares dos jovens rurais contribui para que eles venham a adquirir conhecimentos que podem ser úteis no que se refere a melhorias nos processos técnicos e produtivos dos estabelecimentos dos pais, como também ressaltam a importância de uma boa escolaridade para o processo de decodificação dos conteúdos que são expressos nos contratos agrários, notas fiscais e demais documentos que são utilizados nas atividades agrícolas. Na pesquisa que foi realizada no estado do Rio Grande do Sul, os autores constataram que um percentual de 48% dos jovens compreende os estudos como ferramenta que contribui para o alcance de melhorias em suas vidas.

Nesse contexto, a educação direcionada aos jovens do campo busca, de forma positiva, garantir o acesso à educação de qualidade para todos aqueles que residem no meio rural, uma ação importantíssima que contribuirá para um rural com jovens cada vez mais preparados para assumirem tanto a gestão dos estabelecimentos familiares, como das cooperativas.

A escolaridade é fundamental para o desenvolvimento das atividades desenvolvidas pelos jovens nos espaços rurais. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, entre o total da população inserida na faixa etária dos menores de 25 anos, 99,8% afirmaram saber ler, os que declaram possuir o ensino médio regular, ou 2º grau somaram 30,6%, já aqueles que possuem o ensino superior/graduação, foram registrados 8,9%. Os dados demonstram que entre os de 25 a menos de 35 anos, 99,6% afirmaram saber ler, aqueles que possuíam o ensino médio regular, ou 2º grau 26,9%, e os que possuem ensino superior/graduação, foram registrados 7,7%. Tais dados trazem grandes reflexões entre a formação e o futuro desses jovens no campo e no gerenciamento de seus estabelecimentos.

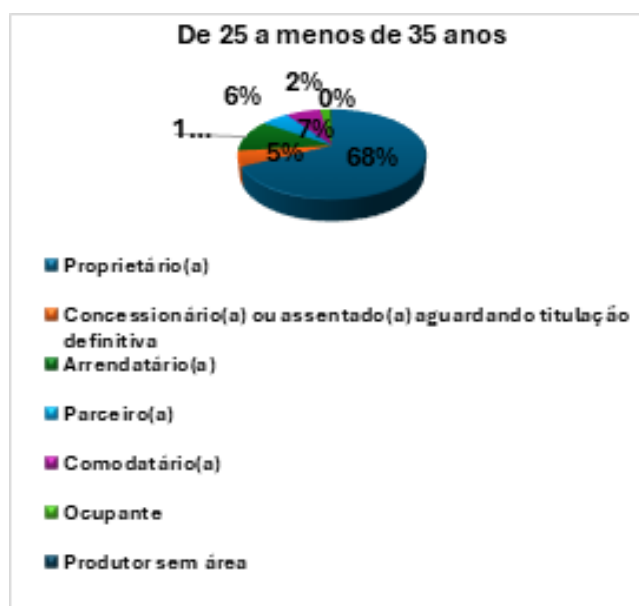
Em relação às condições dos jovens agricultores familiares no Rio Grande do Sul em relação às suas terras, o gráfico 3 e 4 demonstram, em sequência.

Gráfico 3 – Condição dos (as) jovens agricultores (as) familiares menores de 25 anos em relação às suas terras



Fonte: Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019).

Gráfico 4 – Condição dos (as) jovens agricultores (as) familiares de 25 a menos de 35 anos em relação às suas terras



Fonte: Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019).

De acordo com os dados do Quadro 2, a maioria dos jovens registrados pelo Censo Agropecuário de 2017, em ambas as faixas etárias, são proprietários de suas terras. A quantidade de jovens que arrendam a terra são os que ficam em segundo lugar. Quando a questão dos jovens assentados é analisada, esse número ainda é muito superior em relação às outras categorias, conforme demonstrado acima.

Quanto às áreas disponíveis para a produção dos estabelecimentos familiares desses jovens no estado do Rio Grande do Sul, entre os menores de 25 anos, 32% possuem até 5 hectares. Já entre

os jovens de 25 a menos de 35 anos, o maior número de representatividade equivale a 21%, que corresponde àqueles que possuem terras com até 5 hectares.

O estudo realizado por Picolotto e Marin (2018), na região central do Rio Grande do Sul, demonstra que a falta de terras é um dos problemas para a permanência dos jovens no meio rural. O estudo constata que 7 % das famílias dos jovens participantes da pesquisa não tem acesso à terra; mais de 33% tem menos de 10 hectares, e um percentual de 40% não tem nenhuma ou possui pouca terra para oferecer aos seus filhos, para que seja dada continuidade nas atividades agropecuária, de modo este fato se torna um grande problema na questão da sucessão rural.

Os autores ainda afirmam a necessidade de programas de acesso a terras para os jovens que desejam permanecer no meio rural, que pode ocorrer a partir da reforma agrária ou pelo crédito fundiário juvenil. No entanto, sabemos que ainda falta um longo percurso para que esta situação venha se tornar uma realidade para estes jovens, principalmente para os que residem no meio rural (Picolotto e Marin, 2018).

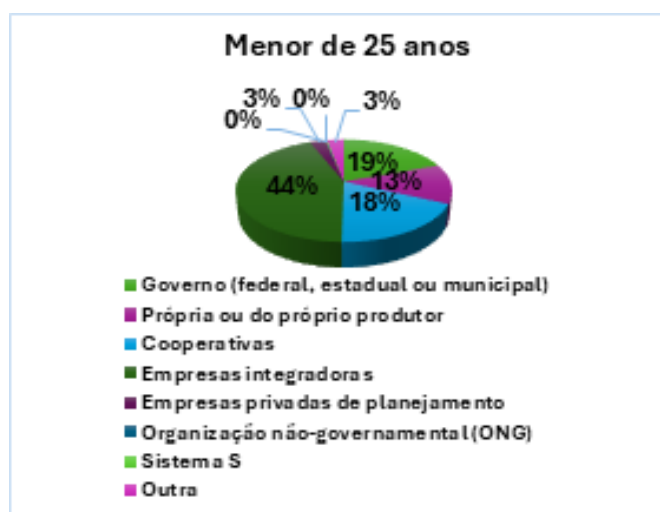
A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é uma das atividades que contribuem para o desenvolvimento da agricultura familiar, podendo promover aos agricultores familiares, no caso específico deste estudo, os jovens agricultores familiares, novas técnicas e conhecimentos relacionados às práticas e ao planejamento das atividades que são desenvolvidas nos estabelecimentos familiares.

Conforme aponta o estudo realizado por Santos e Zonin (2024), a prática de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pode ser entendida como política pública voltada ao meio rural, com a realização de atividades que objetivam fomentar o desenvolvimento rural sustentável nos estabelecimentos rurais, buscando o desenvolvimento dos resultados em vários âmbitos/categorias, tais como: a) econômicos; b) sociais; c) ambientais; d) culturais; e) políticos, assim como das atividades relacionadas tanto às práticas agrícolas, quanto as não agrícolas, que são produzidas pela agricultura familiar.

Se referindo à assistência técnica no estado do Rio Grande do Sul, entre os jovens menores de 25 anos, uma quantidade de 2.181 jovens recebeu assistência, o que equivale a 60%. Por outro lado, 1.453 (40 %) relataram não receber. Entre os que estão inseridos na faixa etária de 25 a menos de 35 anos, 11.980 (63%) receberam, e uma quantidade de 6.911 (37%) afirmaram não receber, o que demonstra que a maioria dos jovens agricultores familiares, de ambas as faixas etárias, tiveram acesso à assistência técnica para melhorar sua produção ou atividades realizadas no estabelecimento.

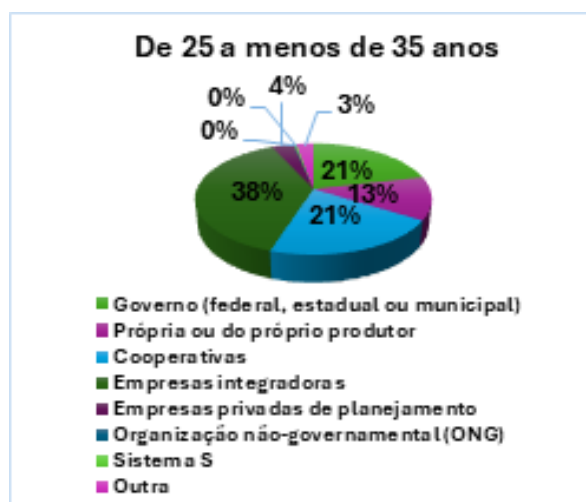
Quando analisamos as entidades prestadoras de ATER a estes jovens, destacam-se as empresas integradoras, as quais prestaram assistência para 44% dos jovens menores de 25 anos, e para 38% dos que têm de 25 a menos de 35 anos. As cooperativas se destacam ocupando o terceiro lugar com a prestação de assistência a 18% dos jovens menores de 25 anos, e a 21% dos jovens de 25 a menos de 35 anos, conforme os gráficos 5 e 6, em sequência.

Gráficos 5 - Entidades que prestaram assistência técnica aos jovens agricultores familiares menores de 25 anos



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

Gráficos 6 – Entidades que prestaram assistência técnica aos jovens agricultores familiares de 25 a menos de 35 anos



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

Perante a esta constatação, podemos destacar a importância das cooperativas na prestação de assistência aos jovens agricultores familiares no estado do Rio Grande do Sul, ficando apenas atrás das empresas integradoras. Conforme demonstram os dados do censo agropecuário, as cooperativas possuem uma grande relevância na contribuição das atividades que são realizadas nos estabelecimentos familiares.

As formas como estes jovens receberam assistência técnica foi uma das variáveis analisadas pelo Censo Agropecuário de (2017). Os dados demonstraram que a televisão atuou como principal fonte para 2.484 (32%) dos menores de 25 anos e, entre os que possuem entre 25 a menos de 35 anos, este total foi de 13.377 (31%).

Nesta seção foi apresentada uma breve caracterização da juventude inserida na dinâmica da agricultura familiar do estado do Rio Grande do Sul, a partir dos dados divulgados pelo Censo Agropecuário de 2017, com o intuito de analisar a realidade do público juvenil do estado e sua relação com a agricultura.

3.2 Se tornar liderança jovem no cooperativismo agropecuário: os principais caminhos para a representação juvenil nas cooperativas gaúchas

Esta seção apresenta algumas reflexões referentes ao papel das cooperativas agropecuárias na formação de novas lideranças jovens nas comunidades onde estão inseridas, para que possam contribuir tanto para o desenvolvimento do cooperativismo agropecuário, quanto do comunitário, a partir de novas ações e com a realização de atividades nas comunidades rurais.

O processo de liderança foi conhecido de várias formas com o passar dos anos. Ainda antes da Segunda Guerra Mundial, a liderança era apenas uma característica que se acreditava que era nascida, ou não, com a pessoa, o que separava os/as líderes dos não líderes. Porém, com o passar dos anos, essa ideia foi desmistificada, de modo que se percebeu que as características poderiam ser adquiridas conforme as pessoas fossem sendo preparados/as (Fabris, Rucysk, Costa, 2024).

Toledo e Silva (2023) ainda contextualizam que a liderança comunitária é considerada fundamental, tanto para o alcance do fortalecimento da sociedade civil, como para o empoderamento da população e a construção de uma comunidade mais justa e solidária. Dessa forma, pode-se perceber o quanto a liderança é fundamental para o desenvolvimento tanto dos estabelecimentos familiares como dos empreendimentos composto por este público.

O estudo realizado por Toledo e Silva (2023) destaca que além de ter habilidades de liderança, o/a líder comunitário deve ter a capacidade de mobilização, bom relacionamento interpessoal e, o principal de tudo, empatia. Sendo assim, será capaz de promover o engajamento e a colaboração dos membros da comunidade em torno de causas e projetos em comum, o que pode contribuir para o desenvolvimento da comunidade.

Diante das abordagens que vêm sendo apresentadas ressalta-se que “[...] a habilidade de liderar está vinculada diretamente com o processo da motivação nas mais distintas situações do cotidiano, ocasionando trocas positivas e construtivas visando uma dependência mútua entre os envolvidos” (Ribeira; Fermiano; Rosa, 2019, p. 7).

O estudo realizado por Pinheiro e Borges (2012) aponta algumas ações que devem ser realizados pelos/as líderes comunitários e as quais deverão, dentre outras, serem praticadas em coletivo com a comunidade:

- a) Reunir as pessoas que participam da comunidade, buscando desenvolver em cada uma a responsabilidade pela melhoria das condições de vida, tanto de ponto de vista individual, como, principalmente, coletivo;
- b) Estabelecer a visão da comunidade;
- c) Diagnosticar as ameaças (atuais e futuras) e as oportunidades da comunidade;
- d) Identificar as alternativas de solução para minimizar ou eliminar as ameaças e traçar ações no sentido de robustecer as oportunidades identificadas;
- e) Formular os objetivos em função das ações estabelecidas, procurando combinar fatores econômicos, ambientais e sócio-culturais e incorporando sempre o conceito de sustentabilidade;
- f) Posicionar as estratégias dentro das perspectivas analisadas, buscando proporcionar vantagens competitivas à comunidade;
- g) Definir, em função dos objetivos estabelecidos, os projetos que farão parte do plano global. Cada projeto deverá ter sua identificação, sua justificativa e suas ações, sendo definido seu coordenador e os demais membros da equipe, uma planificação conceitual e uma análise de exequibilidade, suas etapas de realização, seu cronograma, seu financiamento, se houver, os

recursos materiais, logísticos e financeiros para sua realização e sua forma de acompanhamento e avaliação;

h) Estabelecer planos de ação, alocando pessoas nas diversas etapas do plano, atribuindo a cada uma delas uma fatia de responsabilidade na consecução das metas estabelecidas;

i) Definir as estratégias de ação, procurando envolver não só toda a comunidade, mas também outros segmentos da sociedade, dentro da concepção de um pacto de cooperação;

j) Aprovar um cronograma de execução, enfatizando os prazos para reavaliação do plano ora proposto;

k) Estabelecer os critérios de reavaliação dos planos de ação, sua periodicidade e metodologia. (Pinheiro e Borges, 2012, p. 90)

Conforme apontado por Scopel e Zambiasi (2023), o quadro social das cooperativas não trata apenas dos cooperados. É importante ressaltar que toda a família daqueles que são cooperados deve ser levada em consideração nas ocasiões em que o seu quadro social for organizado. No entanto, a partir desta constatação, destaca-se que o trabalho com os jovens contribui de maneira significativa para a formação de novas lideranças nas comunidades e, como consequência, para a sustentabilidade e desenvolvimento do empreendimento cooperativo.

De acordo com os apontamentos de Kerche (2024), é necessário observar e identificar, nas cooperativas, aqueles colaboradores que são capazes e possuem características capazes de serem desenvolvidas a fim de que possam assumir cargos de liderança. Porém, como é destacado no estudo, não basta apenas ter um potencial, é necessário que o profissional esteja preparado para estar à frente de um cargo que exige do representante maturidade e conhecimentos de cada ação que deve ser realizada no empreendimento.

A liderança cooperativista deve apresentar competências voltadas à autogestão. A liderança numa empresa convencional (capitalista) é voltada para os clientes, as pessoas, os produtos, o negócio, os departamentos, para a própria organização como um todo. A diferença para a liderança cooperativista é que o líder cooperativista é “o líder do seu próprio negócio”, ele é um cooperativado. Por isso, a liderança cooperativista é mais focada na autoliderança. Isso significa que o líder cooperativista vai se autodirigir, além de gerir a própria cooperativa. (Büttenbender, 2009, p. 35)

Diante dessa perspectiva, Büttenbender (2009) aponta que o cooperativismo necessita de líderes com a capacidade de contribuir para com o desenvolvimento da cooperativa a qual participa. O autor ainda contextualiza que os/as líderes devem ter uma visão ampla para que venham a atender algumas competências pessoais e cooperativas, tais como:

- 1) entender os processos econômicos que delineiam as transformações do mundo moderno (globalização, abertura de mercado, competição, etc.);
- 2) entender os processos políticos e institucionais que determinam o funcionamento do setor público e político do país;
- 3) perceber os problemas e oportunidades num largo espectro;
- 4) possuir capacidade de mobilizar esforços conjuntos de pessoas com diferentes perspectivas e interesses, porém voltadas para um objetivo comum;
- 5) entender as limitações e as potencialidades do setor rural (mercado, recursos, etc.) no contexto dessas transformações;
- 6) possuir visão e capacidade de colaborar para o esforço conjunto de enfrentar os desafios que determinarão o futuro do setor rural e do país. (Büttenbender (2009, p. 35)

Nesse contexto, considerando os desafios para inserir a juventude em cargos de liderança no cooperativismo, ressalta-se que ao seguir os passos e etapas destacadas nesta seção, os jovens poderão alcançar uma maior visibilidade e criar estratégias para obterem representação nas cooperativas agropecuárias familiares no estado do Rio Grande do Sul, e alcançarem maior participação/inserção em espaços cooperativos.

Diante das abordagens apresentadas nas reflexões anteriores, destaca-se que, o/a líder deve ser aquela pessoa que, por meio de suas ações, utiliza a coletividade para que as pessoas contribuam tanto com o seu desenvolvimento pessoal, como das organizações cooperativas em que estão inseridas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Relações de gênero no conselho de administração das cooperativas agropecuárias familiares do Rio Grande do Sul

As mulheres possuem uma grande relevância nas atividades que são desenvolvidas tanto na agricultura familiar, como pelas cooperativas agropecuárias familiares, porém ainda há vários desafios para o alcance de uma equidade de gênero, no entanto estes espaços podem ser utilizados pelas agricultoras para reivindicar melhorias na agricultura e uma maior representatividade em cargos de liderança nos empreendimentos cooperativos.

Conforme aponta o estudo realizado por Silva *et al.* (2021), é possível observar, nos dias de hoje, que a desigualdade de gênero ocorre em diversas atividades econômicas. No campo do cooperativismo esta situação não é diferente, pois a participação feminina é menor em relação a participação masculina.

No termo dos autores supracitados, é possível destacar que as mulheres possuem uma grande importância por “[...] desenvolvem diariamente várias funções, sendo elas de natureza social, pessoal ou corporativa. É notório que o dia-a-dia da mulher é desafiador e exigente. Por conta disto, cada vez mais, o mundo cooperativo conta com protagonistas feministas” (p. 4).

A participação feminina, cada vez mais, vem ganhando destaque no campo do cooperativismo, uma vez que as sociedades cooperativas buscam promover, por meio de suas ações, atividades relacionadas à igualdade, à sustentabilidade e ao desenvolvimento de suas comunidades. Para tal, é fundamental que haja a inclusão de mulheres, para garantir um ambiente diverso e inclusivo. Portanto, deve-se considerar que a presença de mulheres é uma tarefa fundamental para a valorização do cooperativismo, tanto em cargos de liderança, quanto no corpo associados (Almeida, Bonavigo, Baioto, 2023).

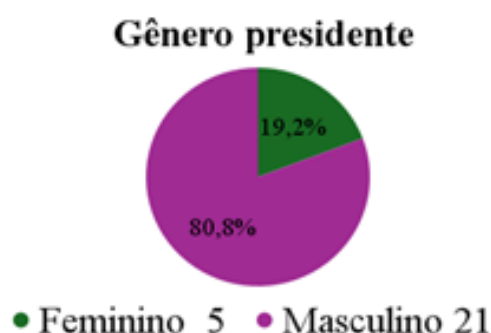
O estudo realizado por Breitenbach e Corazza (2020) aponta que uma das principais dificuldades que afeta a questão da sucessão geracional na agricultura do estado do Rio Grande do Sul é a diferença de gênero que ainda persiste no campo. Conforme apontam os autores, a cultura patriarcal valoriza o homem no meio rural, o que tende a desanimar e não preparar mulheres jovens para uma possível sucessão. Tal fato contribui para que elas se sintam desvalorizadas e projetem sua vida pessoal e profissional fora do campo, o que tende a fortalecer a masculinização no meio rural.

As abordagens de Deggerone e Oliveira (2018) no estado do RS reafirmam o que a presente pesquisa nos mostra. Os autores identificaram um baixo número de mulheres e de jovens associados a instituições em que conduziram o estudo. Conforme apontado pelos autores, esse fato é decorrente

de uma visão patriarcal da sociedade, de forma que a figura paterna sempre é vista como superior. No caso da representação da família e da propriedade rural, isso acaba reduzindo a presença destes públicos nos espaços de interação com a cooperativa pois, apesar que existam avanços, a invisibilidade acerca da importância da inclusão dos/as jovens e das mulheres na participação e na tomada de decisões ainda persiste.

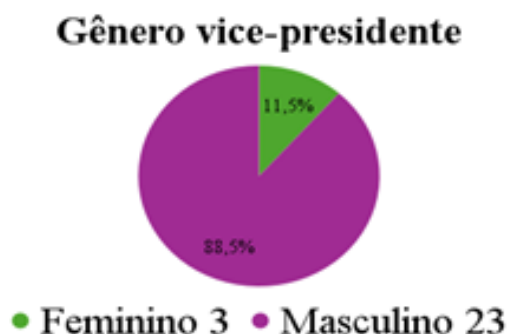
Os dados referentes ao gênero dos presidentes e de vice-presidentes das cooperativas já demonstram o quanto a relação de gênero é desigual. Observa-se, nas cooperativas agropecuárias familiares do RS, que a grande maioria é lideradas por homens, conforme os gráficos 7 e 8, em sequência.

Gráficos 7 – Gênero do cargo de presidente das cooperativas da agricultura familiar do Rio Grande do Sul



Fonte: Banco de dados da Pesquisa Cooperativismo e Diversidade (2023).

Gráficos 8 – Gênero do cargo de vice-presidente das cooperativas da agricultura familiar do Rio Grande do Sul



Fonte: Banco de dados da Pesquisa Cooperativismo e Diversidade (2023).

Os dados apontam a preponderância do gênero masculino nos cargos de presidência em cooperativas no estado do Rio Grande do Sul, com 80,8% para de presidentes e 88,5% para o cargo de vice-presidente. Os gráficos demonstram que as cooperativas gaúchas que fizeram parte da pesquisa possuem uma alta presença de homens no cargo de presidência e que há um longo caminho a ser percorrido para que a diversidade de gênero seja alcançada no cooperativismo do estado.

Perante as reflexões que foram expostas nesta seção, é possível constatar que as organizações coletivas, como as cooperativas, podem, de maneira positiva, proporcionar a participação social das mulheres nos espaços democráticos locais. A representação feminina nesses espaços pode contribuir para reflexões sobre seus direitos e direcionar a elaboração de apontar políticas públicas que possam contribuir para a sua visibilidade no meio rural. Os desafios que são enfrentados pelas mulheres só poderão ser vencidos com o impulsionamento de diálogos que proporcionem um debate ampliado sobre a realidade das mulheres rurais e das lutas que estas enfrentam na busca pelo seu reconhecimento e valorização, tanto nos espaços quanto nos cargos que ocupem (Araujo, 2021).

O protagonismo da mulher no cooperativismo é essencial para promover a igualdade de gênero e o desenvolvimento sustentável. Através do incentivo e empoderamento, as mulheres podem desempenhar papéis de liderança, contribuindo para a tomada de decisões e fortalecendo a participação feminina no setor. É fundamental investir em programas e políticas que promovam a inclusão e equidade de gênero, permitindo que as mulheres tenham voz ativa e se tornem protagonistas em suas cooperativas. Juntas, mulheres e homens podem construir um cooperativismo mais justo e sustentável para todos. (Almeida; Bonavigo; Baioto, 2023, p. 1)

Em síntese, é possível perceber o quanto será longa a caminhada para a valorização das mulheres jovens diante dos estabelecimentos familiares e das cooperativas agropecuárias que já integradas por seus pais. Destaca-se que nas cooperativas analisadas neste estudo, as mulheres são a minoria em cargos de representação e que apresentem mais poder, o que leva os homens a terem um maior controle sob os empreendimentos¹.

4.2 Reflexões geracionais e o cooperativismo agropecuário gaúcho: formar lideranças para superação dos desafios

Nesta seção, discutem-se reflexões relacionadas a questões geracionais e o papel do cooperativismo agropecuário na agricultura familiar do Rio Grande do Sul na promoção da permanência dos jovens no meio rural, como sendo futuros sucessores, tanto dos estabelecimentos familiares como das cooperativas, destacando assim, a importância da formação de líderes para o campo do cooperativismo.

Diante do que é exposto no estudo realizado por Rosa e Silva (2010, p. 182) destaca-se que os empreendimentos cooperativos devem através de suas ações, de forma prática “promover atividades relacionadas às questões sociais, que melhorem a qualidade de vida de seus cooperados. Essas atividades, porém, não devem se restringir somente aos associados, mas também, agregar esposas, filhos e demais familiares”.

Conforme aponta o estudo de Kerche (2024), a sucessão de lideranças no cooperativismo exige algumas estratégias que são consideradas adequadas e cruciais para garantir uma transição que seja suave, eficaz e que alcance fortalecimento do cooperativismo, principalmente no que se refere a continuidade das cooperativas, tais como: i) planejamento antecipado; ii) identificação; iii) desenvolvimento de potenciais sucessores; iv) comunicação efetiva; v) superação dos desafios.

Diante disso, Scopel e Zambiasi (2023) dialogam, por meio de suas reflexões, que as cooperativas precisam de renovação e de projetos que influenciem os jovens a cooperar, de forma que eles/elas podem se tornar sócios atuantes e, assim, renovarem o quadro social da organização, podendo contribuir com ideias inovadoras para serem desenvolvidas novas ações na cooperativa. Contudo, esta não é uma tarefa tão simples. É possível contextualizar que a inserção de novos cooperados que sejam jovens e filhos/as de cooperados, nas atividades desempenhadas pela cooperativa, pode contribuir para que haja a continuidade da própria organização no futuro, resultando na formação de novas lideranças.

O estudo realizado por Silveira (2023) aponta que a decisão sobre a permanência ou saída do meio rural deve ser uma escolha individual dos próprios jovens, não uma imposição social,

¹ No decorrer das pesquisas realizadas, surgiu a necessidade de dar um enfoque na questão de gênero no quadro de gestão do cooperativismo agropecuário do estado do RS, a fim de demonstrar o quanto é preocupante o futuro das mulheres jovens, tanto no campo do cooperativismo agropecuário como na agricultura familiar. A diferença de gênero em cargos de gestão demonstra a alta masculinização nestes espaços, destacando o caráter desigual do cenário. Ainda vivemos uma cultura patriarcal e ultrapassada que precisa ser mudada para que possamos alcançar a igualdade de gênero, principalmente nos espaços que prezam pela igualdade.

familiar ou política. Portanto, tanto os órgãos públicos como as famílias devem oferecer condições que sejam favoráveis para que os jovens escolham permanecer em sua comunidade. A partir destas reflexões, destacamos que as cooperativas também podem ser uma das contribuintes neste cenário.

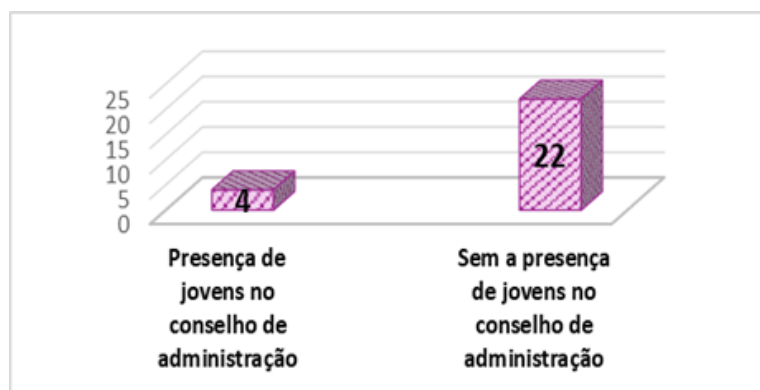
Conforme apontam Deggerone e Oliveira (2018) em seus estudos realizados na região do Conselho Regional de Desenvolvimento Norte (Corede Norte), no estado do Rio Grande do Sul, que buscou compreender de que modo as cooperativas participam da sucessão geracional em propriedades rurais familiares, os autores constataram que a saída dos jovens do meio rural é motivada pela falta de diálogos na família, o que tem representado um grande desafio e causa de sérias disputas em relação a tomada de decisões nos estabelecimentos familiares. Portanto, para tentar reverter essa condição, ações devem ser criadas com o intuito de promover o empoderamento dos jovens na participação das tomadas de decisões, junto às unidades de produção das suas famílias.

Os autores destacam que a promoção da permanência da juventude no meio rural é um fator de grande importância para as organizações cooperativas pois, com a saída dos/as jovens do meio rural, a perspectiva de como se dará a renovação das gerações de agricultores no campo, no quadro social e no conselho de administração das cooperativas agropecuárias fica em aberto. No entanto, os autores relatam que as cooperativas devem identificar as ações que são necessárias para motivar os jovens e promover formações para seus associados a fim de fomentar a permanência dos jovens, de modo que sigam como membros das instituições, o que irá possibilitar o desenvolvimento comunitário no meio rural.

A pesquisa realizada por Picolotto Marim (2018) demonstrou que alguns jovens que participaram da pesquisa, ressaltaram que integram diferentes empreendimentos associativos, como as cooperativas agropecuárias, sindicatos de trabalhadores rurais de movimentos de pequenos agricultores. Porém, foi possível constatar que as instituições cooperativas, sindicais e os movimentos sociais, de certa maneira, não conseguem despertar o interesse da juventude rural da região central do RS, o que se torna uma questão desafiadora para o futuro destes empreendimentos. Possivelmente, isso acontece porque as suas ações e discursos são realizados prioritariamente para os adultos, o que acaba deixando os jovens cada vez mais desinteressados em fazer partes destes espaços.

Conforme apresentado no Gráfico 10, em sequência, a presença de jovens no conselho de administração e assumindo cargos de liderança nas cooperativas familiares do estado do Rio Grande do Sul ainda é relativamente baixa.

Gráfico 9 – Jovens no conselho de administração das cooperativas da agricultura familiar do Rio Grande do Sul



Fonte: Banco de dados da Pesquisa Cooperativismo e Diversidade (2023).

Conforme apresentado no gráfico 9, apenas 4 (15%) das cooperativas afirmaram ter a presença de jovens no conselho de administração, o que representa uma grande preocupação em relação à sucessão no cooperativismo. Quando analisamos a presença de jovens em cargos diretivos

principais, presidente e vice-presidente, não há presença de nenhum jovem, o que se torna um fator preocupante em relação a continuidade da existência de várias cooperativas agropecuárias gaúchas.

Diante dos dados coletados, não foi identificada a presença de jovens no quadro social de três cooperativas, conforme demonstra a Tabela 1, em sequência.

Tabela 1 – Jovens no quadro social das cooperativas da agricultura familiar do Rio Grande do Sul

Total de cooperativas Analisadas	Cooperativas que possuem jovens no quadro social	Cooperativas sem a presença de jovens no quadro social
26	23	3

Fonte: Banco de dados da Pesquisa Cooperativismo e Diversidade (2023).

Apesar de 23 cooperativas afirmarem ter a presença de jovens em seus quadros sociais, essa quantidade não é tão expressiva quando analisamos a questão da predominância da faixa etária. Entre aqueles abaixo de 35 anos, só consta a presença de uma cooperativa, de forma que a maioria possui uma faixa etária de 36 a 50 anos. De acordo com o Estatuto da Juventude, jovens são aqueles que possuem de 15 a 29 anos. Esse dado se torna essencial para futuras pesquisas relacionadas a questões geracionais nas cooperativas agropecuárias no estado do Rio Grande do Sul.

Conforme apontam Leite e Schuster (2024), as causas para que haja a sucessão familiar são consideradas relativamente complexas e multidimensionais. No entanto, várias cooperativas agropecuárias acabam concentrando os seus esforços em realizar ações educacionais que visam promover a permanência de jovens no meio rural.

Quadro 2 – Faixa etária que predomina no quadro social das cooperativas da agricultura familiar do Rio Grande do Sul

Faixa etária	Quantidade
Menor de 35 anos	1
De 36 a 50 anos	12
De 51 a 60 anos	11
Maior de 60 anos	2

Fonte: Banco de dados da Pesquisa Cooperativismo e Diversidade (2023).

Os dados coletados na pesquisa, e apresentados no Quadro 2, demonstram que há uma baixa participação de jovens no quadro social das cooperativas, pois a faixa etária predominante nas cooperativas familiares gaúchas, que fizeram parte da pesquisa, está entre aqueles que possuem de 36 a 50 anos com um percentual de 46%, seguido por aqueles que possuem de 51 a 60 anos, que correspondem a um percentual de 42%. Aqueles que são maiores de 60 anos somam 8%. Quando analisamos a questão daqueles que se encontram na faixa etária de menor que 35 anos, apenas 4% dos indivíduos correspondem. Analisando os dados coletados percebe-se a dificuldade para alcançarmos um cooperativismo com mais jovens.

O estudo realizado por Ferreira e Reisdorfer (2025) em sete comunidades rurais de um determinado município no estado do Rio Grande do Sul, apontou uma limitada participação dos/as agricultores das comunidades em cooperativas, o que, consequentemente, afeta a participação dos/as jovens nos espaços cooperativos, uma vez que este público não é motivado pelos pais a permanecerem no campo e a participarem das cooperativas que existentes no município.

Os autores também constataram outros problemas como a dificuldade para a realização das atividades agrícolas desenvolvidas nos estabelecimentos em razão do alto índice de êxodo rural, o que demonstra a urgência de estratégias voltadas para a criação de organizações que representam os

agricultores do município, como é o caso das cooperativas e dos movimentos sociais compostos por agricultores (Ferreira e Reisdorfer, 2025).

No estudo de campo, realizado com os órgãos de representação do cooperativismo do estado, foi questionado quais tipos de atividades realizadas, voltadas para o público jovem, as cooperativas têm demandado do sistema UNICAFES-RS, onde o representante respondeu que:

Com isso, o sistema nos destacou que realiza anualmente um encontro estadual voltado para a juventude, uma importante constatação é que o sistema mantém uma coordenação estadual de jovens, que atua fazendo formação com os jovens, buscando espaço dentro das cooperativas, desenvolvendo novas atividades para o público. (Representante B, UNICAFES-RS, 2024)

Os encontros estaduais possibilitam que os jovens troquem experiências e dialoguem sobre os principais desafios que enfrentam em suas cooperativas, por isso é fundamental que estes encontros sejam promovidos, a fim de organizar os planejamentos das atividades que serão realizadas com os jovens.

Levando em consideração o cooperativismo agropecuário e o êxodo rural de jovens, questionamos ao órgão UNICAFES-RS, qual a visão do sistema em relação ao papel do cooperativismo agropecuário na promoção e permanência do jovem no campo?

Conforme o respondente, o sistema tem uma visão preocupante sobre este questionamento, pois, se não der oportunidade aos jovens, a cooperativa vai envelhecendo, perdendo associados, se distanciando da realidade das famílias. (Representante B, UNICAFES-RS, 2024)

Com isso, é necessário reafirmar a necessidade de criar um plano de sucessão cooperativista para reverter a situação que nos aponta o Quadro 4, em que uma grande parcela das cooperativas afirmou ter, na permanência do seu quadro social de cooperados, pessoas de 51 a 60 anos, demonstrando o quanto é desafiador obter a presença dos/as jovens nas cooperativas agropecuárias familiares. Destaca-se que ao se distanciarem das realidades vividas pelas famílias de cooperados, o desenvolvimento das cooperativas pode passar por grandes perdas.

Uma importante análise verificada foi se o sistema desenvolve alguma ação voltada para o público jovem das cooperativas as quais estão filiados. De acordo com os dados coletados:

Foi afirmado que sim, destacando o encontro estadual, reuniões virtuais sistematicamente, reuniões em algumas das cooperativas. Planejamento de criar fóruns regionais para reunir os jovens e discutir alternativas de organização, formação e atividades econômicas, ações estas que de modo positiva podem contribuir para a valorização dos jovens em suas comunidades. (Representante B, UNICAFES-RS, 2024)

Diante dos dados expostos, este estudo nos permite concluir que o cooperativismo agropecuário gaúcho é marcado pela baixa presença de jovens e de mulheres em cargos de liderança, demonstrando que as cooperativas familiares ainda são marcadas pela forte presença da masculinização e do envelhecimento, uma vez que há uma baixíssima presença de jovens e os homens são a maioria no conselho de administração.

Diante das narrativas que dialogam neste estudo por meio das falas apresentadas, salientamos que as ações propostas devem ser efetivas e contínuas. A não continuidade de esforços resultará no não alcance das mudanças dos dados que foram apresentados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi analisar a participação da juventude nas cooperativas agropecuárias da agricultura familiar no estado do Rio Grande do Sul, destacando a importância dos/as jovens como líderes na representação do cooperativismo.

Diante desse contexto, é possível constatar que a construção de novos universos para formar novas lideranças jovens, tanto nas cooperativas como nas comunidades rurais, além de contribuir para uma maior diversidade nas cooperativas da agricultura familiar, pode levar ao alcance de melhorias nas condições de vida dos jovens, principalmente dos que são agricultores familiares e residem em pequenas comunidades rurais.

Nesta conjuntura, foi possível constatar, a partir do estudo realizado, que o conselho de administração das cooperativas precisa motivar a juventude para que haja uma maior participação deste público assumindo cargos de liderança nas entidades, além de ressaltar como elas próprias devem preparar estes indivíduos para que venham a ser futuros líderes. Apesar da realidade ainda não ser satisfatória, com um número abaixo do esperado, novas estratégias devem serem adotadas, principalmente porque os resultados apontados pela pesquisa de campo ainda são bastante delicados.

Além da pouquíssima presença dos jovens nos cargos administrativos das cooperativas analisadas, foi possível perceber que a faixa etária predominante no quadro social das cooperativas é de 36 a 50 anos. Ademais, o número daqueles que possuem acima de 60 anos ainda é muito alto, e a relação de gênero demonstra que a participação feminina em cargos de liderança, como presidente e vice-presidente, ainda é bastante reduzida, o que demonstra o quanto o cooperativismo agropecuário do estado está bastante masculinizado e envelhecido.

Por fim, a partir da presente pesquisa, conclui-se que precisamos avançar nos diálogos referentes a temáticas que dialoguem com este estudo para que sejam criados caminhos para o cooperativismo agropecuário da agricultura familiar gaúcha.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Í. D'A. **Metodologia do trabalho científico**. Recife: Ed. UFPE, 2021.

ALMEIDA, P. C.; BONAVIDA, S. A.; BAIOTO, C. D. Incentivo ao protagonismo feminino nas cooperativas. **Anais da V Mostra de iniciação científica "A iniciação científica e os objetivos de Desenvolvimento Sustentável"** Centro de Ensino Superior Riograndense, 2023. Disponível em: <<https://static.even3.com/anais/765917.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2025.

ARAUJO, A. P. Mulheres rurais: A construção de espaços democráticos em organizações coletivas. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Tecnólogo em Gestão de Cooperativas), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Serrinha, Serrinha, BA, 2021.

BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Jovens rurais do Rio Grande do Sul/Brasil: questões de gênero na sucessão geracional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional** G&DR. V. 16, N. 3, P. 413-428, set-dez/2020.

BÜTTENBENDER, P. L. **Fundamentos e estrutura do cooperativismo**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

DEGGERONE, Z. A.; OLIVEIRA, A. O. A atuação das cooperativas agropecuárias na sucessão geracional na região do Corede Norte (RS). **Revista Extensão Rural**, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.25, n.1, jan./mar. 2018.

FABRIS, A. J.; RUCYSKI, M. A.; COSTA, E. C. Tipos de liderança: quais seus efeitos na organização. **Revista Conexão**, n. 12, 2024, ISSN 2357-9196.

FERREIRA, V. J.; REISDORFER, V. K. Os impactos do êxodo rural na produção leiteira e o papel do cooperativismo no desenvolvimento do município de São Paulo das Missões-RS. In: MÜLLER, L.; FOLMER, I. (Orgs) **Horizontes contemporâneos: abordagens e desafios em pesquisas atuais**. Arco Editores, Santa Maria, RS, 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE/SIDRA, 2019. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>>. Acesso em: 03 jan. 2024.

LEITE, J. G.; SCHUSTER, T. M. Sucessão na agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina: educação cooperativa pode fazer a diferença? **Revista Grifos** Edição Vol. 33, Núm. 61, 2024.

PICOLOTTO, E. L.; MARIN, J. B. **Juventude rural: estudo na região central do Rio Grande do Sul**. Bonecker, Rio de Janeiro, 2018.

PINHEIRO, D. R. C.; BORGES, R. C. O. A importância da liderança comunitária no processo de desenvolvimento local. **Revista GeoUECE** - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v. 1, nº 1, p. 78-94, dez. 2012.

KERCHE, A. S. Sucessão nas cooperativas: estratégia para maiores resultados. **Trabalho de conclusão de curso** da Especialização em Gestão de Talentos e Comportamento Humano, Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2024.

RIBEIRA, L. C. S.; FERMIANO, T. S.; ROSA, A. L. C. **Liderança nas organizações: o papel e a importância do líder dentro das organizações**, 2019. Disponível em: <<https://www.unifio.edu.br/wp-content/uploads/2019/11/LORAINÉ-C.-DA-SILVA-RIBEIRA-TATIELY-DOS-SANTOS-FERMIANO.-Lideran%C3%A7a-nas-Organiza%C3%A7%C3%B5es-Op-Papel-e-a-Import%C3%A2ncia-do-L%C3%ADder-Dentro-das-Organiza%C3%A7%C3%B5es.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2025.

ROSA, C. I. L. F.; SILVA, O. H. Sucessão familiar e cooperativismo: o caso da cooperativa COOPerval. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 2, n. 2, jan./jul. 2010.

SANTOS, T.; ZONIN, V. J. Uma revisão sistemática sobre os serviços de assistência técnica e extensão rural: uma segmentação presente. **Revista Gestão e Secretariado** (GeSec), São Paulo, SP, v. 15, n.1, 2024.

SIENA, O., *et al.* **Metodologia da Pesquisa Científica e Elementos para Elaboração e Apresentação de Trabalhos Acadêmicos**. Belo Horizonte MG: Editora Poisson, 2024.

SILVA, H. G.; FLORES, L. **O perfil dos gestores de cooperativa financeira em MT/RO**, REVICOOP, v.4, n.1, 2023.

SILVA, T. A.; CAETANO, C. P.; ROSSÉS, G. F.; HOHER, R.; FONSECA, F. S. T. Mulheres gestoras: características na gestão de cooperativas no estado do Rio Grande do Sul. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas** RGC, Santa Maria, v. 8, n.16, 2021.

SILVEIRA, A. A. A sucessão familiar no meio rural de Entre-Ijuís/RS. **Dissertação** (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, RS, 2023.

SCOPEL, D. C.; ZAMBIASI, L.S. Constituição do comitê nacional de jovens sistema OCB: Geração C. **Anais** 7º EBPC, 2023. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/ebpc-encontro-brasileiro-de-pesquisadores-em-cooperativismo-312961/644675-constituicao-do-comite-nacional-de-jovens-sistema-ocb--geracao-c/>>. Acesso em: 23 de dez. 2024.

TOLEDO, M. A.; SILVA, A. S. Liderança comunitária: principais atribuições no apoio à administração pública municipal na cidade de Rondonópolis-MT. **Revista de Ciências Contábeis**, RCiC-UFMT, 2023.

VALENT, J. Z.; SILVA, L. X. O perfil de cooperativas agropecuárias fornecedoras de alimentos para programas de segurança alimentar e nutricional. **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional** - Faccat - Taquara/RS - v. 18, n. 1, jan./mar. 2021.

ZANCO, A. M.; ZANCO, R. A. G.; ALVES, A. F. Perfil das cooperativas agropecuárias do sistema Unicafe. **Revista IDeAS**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 1-35, e018004, 2018.